

Boletim Número 19

Data: Julho-Agosto/2003

EDITORIAL

No décimo nono número do Boletim PROEALC, voltamos a dedicar uma atenção especial ao inadiável debate sobre as possibilidades concretas de uma integração soberana dos países sul americanos, que possa contrapor a ambição recolonizadora do imperialismo estadunidense denominada ALCA. No artigo “A Integração Regional e o Governo Lula” os bolsistas de nosso Programa Aline Silveira de Assis e Reginaldo Machado da Costa Júnior, traçam um panorama dos avanços na política externa visando a integração sul-americana, conseguidos pelo governo Lula neste início de mandato.

A eleição de Luiz Inácio da Silva traz perspectivas de uma maior centralidade nas relações internacionais brasileiras da busca pela união cultural, econômica, política e social da América Latina. Isso passa, necessariamente, pelo fortalecimento do Mercosul. Este é um bloco homogêneo, constituído por países sul-americanos com um passado e presente semelhantes. Dessa forma, atualmente os países da região vivem um dilema: o fortalecimento e expansão do Mercosul ou a adesão à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Com os recentes avanços da política externa, já se torna possível vislumbrar um acordo de integração entre nações sul americanas que pode contrapor a ALCA, enquanto uma opção soberana dos países da região buscando seu desenvolvimento econômico e social, em oposição as propostas recolonizadoras dos EUA. A relevância do Mercosul, ao longo de uma década de existência, não está apenas na sua configuração econômica, mas na possibilidade de aglutinar elementos políticos, sociais e culturais num projeto de resistência no mundo globalizado que permita à América Latina sair do eterno território da dependência. Se aos atuais países membros do Mercosul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - se unirem, além de Chile e Bolívia, que já vinham negociando sua associação, o Peru, o Equador e a Venezuela, estarão de fato constituídas as bases para um projeto histórico de integração sem paralelo na América Latina, e que, pelas possibilidades de alavancar uma verdadeira independência da América do Sul frente as potências capitalistas, bem mereceria o nome de “Área de Livre Comércio Bolivariana” como sugeriu o presidente venezuelano Hugo Chávez.

Também publicamos nesta edição pequenos resumos sobre as participações da equipe do PROEALC no 51º Congresso Internacional de Americanistas, realizado entre os dias 13 e 18 de julho, em Santiago do Chile, onde a Prof. Silene de Moraes Freire coordenou o Simpósio EPS-17 (Estudios Políticos, Sociales y Económicos - EPS), com o título “Desenvolvimento, Integração e Democracia na América Latina” e no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado entre os dias 1 e 5 de setembro, na UNICAMP, em Campinas, São Paulo, onde a equipe do PROEALC apresentou cinco trabalhos, distribuídos entre quatro diferentes GTs.

Silene de Moraes Freire e Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

Em Foco I

A Integração Regional e o Governo Lula

*Aline Silveira de Assis e Reginaldo Machado da Costa Júnior**

Vivemos hoje, no Brasil, um momento decisivo no que tange ao desenvolvimento do processo de integração regional, com vistas ao fortalecimento do Mercosul. Por um lado, temos a ofensiva recolonizadora dos Estados Unidos aos países latino-americanos através da proposta de implantação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e, por outro lado, uma perspectiva positiva de integração a partir da vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, afirmando uma posição de restrição à ALCA e priorizando a integração do Brasil com os países da América Latina, o que coopera para a construção de um projeto histórico comprometido com os interesses latino-americanos.

No dia 27 de outubro de 2002 foi dado o pontapé inicial para essa tão sonhada união, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, como o novo presidente do Brasil. No discurso de posse, o então recém presidente eleito da maior e mais importante nação latino-americana reiterou sua preocupação e desejo de uma maior aproximação com nossos vizinhos e irmãos. Em suas declarações sempre é lembrada a importância da América Latina. Fato este que não ocorreu com frequência nos governos anteriores.

Ao longo de uma década de existência do Mercosul, é inegável que o livre comércio entre os países integrantes do bloco venha acompanhado de crescimento econômico e maior participação no comércio mundial. Entretanto, a sua relevância não está apenas na sua configuração econômica, conforme evidenciado pela mídia, mas na possibilidade de aglutinar elementos políticos, sociais e culturais num projeto de resistência no mundo globalizado que permita à América Latina sair do eterno território de dependência.

No entanto, esse projeto tem se configurado de forma distinta da qual delineamos. Os países latino-americanos têm sofrido profundos abalos resultantes do desenvolvimento do modelo neoliberal na região e caracterizados pelo retrocesso nos níveis de industrialização, fragilização dos sistemas políticos, exclusão social, desemprego recorde, entrega dos destinos dos países da região ao Fundo Monetário Internacional (FMI), desmonte das políticas sociais e, ainda, penetração da influência cultural norte-americana, tornando invisível a identidade latino-americana.

Estamos vivenciando uma onda, aparentemente, nacionalista de vários governos latino-americanos. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente do Brasil traz novas perspectivas de uma maior centralidade de união cultural, econômica, política e social latino-americana. Isso passa, necessariamente, por um maior fortalecimento do Mercosul, como um bloco homogêneo com a participação de países que tem um passado e presente semelhantes. Hoje os países dessa região vivem o dilema do fortalecimento do Mercosul ou a adesão na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), causando este último o colonialismo estadunidense sobre os países latinos. A atual proposta de acordo econômico com o império do norte é dada como única saída para uma inserção - leia-se subordinação - dos países da América Latina no mundo "globalizado" e regionalizado. Quem disse que a Alca é o destino natural e irrevogável de todos os países americanos? A Alca aprofunda a contradição entre o centro e a periferia e o recoloca em termos ainda mais hierárquicos. As elites periféricas se dispõem a facilitar a redivisão hemisférica do trabalho, desde que seus privilégios fiquem a salvo. A Alca "real" tem duas fontes inspiradoras: o processo de reestruturação da economia norte-americana - nos últimos anos os EUA entraram em processo de grande estagnação econômica e de altas taxas de desemprego - comandado por suas transnacionais, e o projeto unipolar acalentado pela direita norte-americana, aquilo que hoje é traduzido como "doutrina Bush" ou "imperialismo dos falcões". A Alca é o clímax de um processo de desmonte e desarticulação iniciada há uma década. Ela é apenas globalização neoliberal radicalizada e regionalizada. Por isso, atualmente, podemos falar que estamos vivenciando uma Alca de "baixo impacto": esvaziamento das políticas nacionalistas; abertura comercial não seletiva e sem salvaguardas; privatizações desarticuladas das estruturas econômicas internas; flexibilizações trabalhistas e reformas estruturais como as da previdência, tributária, política, judiciária, do Banco Central; Câmbio fragilizado e

dependente de capitais especulativos intocáveis e de curto prazo. Em suma, a Alca significa o aprofundamento de todas essas ofensivas privatistas e transnacionalizantes. Não é só “livre comércio” ou comércio desigual. É a imposição de uma instância transnacional que estabelecerá novas regras de propriedade intelectual, novos circuitos de difusão cultural e de informações – vale lembrar que 75% das informações midiáticas do mundo estão nas mãos dos EUA – e uma nova disposição na oferta privada de serviços como saneamento, saúde e educação.

A reiteração da importância do Mercosul e sua conseqüente valorização tornam-se essencialmente necessário para fazer do bloco algo mais do que um acordo econômico, e de fundar um espaço político no qual seja reconstruída a voz da América Latina. Ao mesmo tempo que dizemos não à Alca estamos dizendo sim ao Mercosul. Vale ressaltar que ele tem características muito peculiares: é um bloco onde os países participantes são subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, não havendo um país imperialista -desenvolvido- contrastado com os demais; ele tem uma perspectiva de união monetária, política, cultural, social nos moldes da União Européia; a população do Mercosul é de mais de 200 milhões de habitantes em idade produtiva, enfim é um acordo entre iguais que tem tudo para dar certo.

A eleição brasileira de Lula proporcionou o aparecimento de políticos comprometidos com essa temática. No dia 25 de maio, dia da luta pela independência argentina, foi eleito para presidente daquele país Néstor Kirchner, um político não muito conhecido, mas que sinalizou com uma maior integração do Mercosul e principalmente com o fortalecimento das relações Brasil-Argentina, que nos últimos anos estavam enfraquecidas devido a pior crise na história daquele país. Segundo a previsão do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, “Brasil e Argentina darão início a uma parceria sem precedentes, a partir do momento da posse de Néstor Kirchner (...) e será firmada entre os dois países a tão sonhada integração política e econômica na América Latina”.

Não há dúvida de que o crescimento do Mercosul passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos laços culturais, econômicos, históricos, políticos, comerciais e sociais de Brasil e Argentina. E os primeiros passos já foram dados para criar condições para uma parceria como talvez não tenha acontecido desde o início do Mercosul. Para Amorim, no entanto, esse processo de integração deve ser realista e abrangente, num primeiro momento, a América do Sul. Ele lembrou que a economia mexicana está bastante ligada à estadunidense. E ressaltou que Brasil e Argentina precisam contar não apenas com parceiros do Mercosul, mas também com o Chile e, principalmente, o grupo Andino – Venezuela, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia – com quem o Mercosul pretende fechar um acordo comercial até o final deste ano, que chamaria-se ALBA (Área de Livre Comércio Bolivariana) como ressaltou o presidente venezuelano Hugo Chávez em recente pronunciamento à imprensa. A mesma iniciativa de união dos blocos latino-americanos foi defendida por Lula na abertura da 24ª edição da reunião da Cúpula do bloco econômico do cone sul, no Paraguai dia 18 de junho.

Somente uma união total entre Brasil e Argentina pode dar à América do Sul uma participação efetiva e um peso específico no cenário mundial. Caso contrário, não teremos qualquer participação neste mundo que está sendo construído, ou seja, a saída de qualquer país para uma maior inserção no mundo é se integrando regionalmente com parceiros afins, no caso do Cone Sul, a saída é o Mercosul.

As primeiras iniciativas do governo brasileiro para dar alguns passos adiante rumo a uma maior integração com os países sul-americanos estão sendo dados. Somente nos primeiros cinco meses de governo sete presidentes da região vieram ao Brasil, algo que nunca ocorreu antes. O Brasil centralizou forças em questões internas de países vizinhos. Aconteceram situações complexas como no caso da Venezuela, onde o Brasil teve papel primordial na conciliação, ajudando os venezuelanos a encontrarem uma solução democrática para os problemas. Sob a orientação do governo brasileiro, a unidade do Mercosul está se consolidando. Isso também é visto sob a nova orientação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) como braço auxiliar de financiamento a projetos e exportações não só do Brasil, mas de seus parceiros do Mercosul e na busca de novos mercados. É bom lembrar que o papel do BNDES no processo de integração não se resume apenas de aumentar o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países sul-americanos. O novo enfoque está na melhoria das condições de infra-estrutura da região, com ênfase para o transporte, energia elétrica e telecomunicações.

Como dissemos inicialmente, para se ter um Mercosul renovado e fortalecido, sem dúvida, o Brasil precisa assumir o papel de ator principal desse processo. O Brasil tem todos os requisitos de “liderança”, pois todos os membros do bloco o reconhecem como tal. Na visão do Ministro das Relações Exteriores argentino, Rafael Bielsa, o fortalecimento do Mercosul depende em grande medida da compreensão e aceitação, por parte da

Argentina, da liderança que o Brasil exerce na região: “Existem elementos objetivos que indicam que o Brasil do ponto de vista quantitativo é uma das principais potências do mundo, coisa que a Argentina não é” disse Bielsa a O Globo.

Esse reconhecimento da liderança brasileira se faz necessário para que numa eventual reorganização do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil seja um dos membros permanente, apoiado pelos seus vizinhos. Entre os que se pronunciaram a favor estão: Peru, Uruguai, Colômbia, Bolívia e Argentina. A manifestação positiva dos argentinos, segundo Celso Amorim, deixa claro ao mundo que não existe rivalidade entre os dois países: “Está claro que o Brasil no Conselho de Segurança, jamais falaria em seus próprios interesses, mas sim representaria toda a América Latina” – enfatizou o chanceler.

Todo esse otimismo dos governos argentino e brasileiro é refletido na opinião pública. Segundo uma pesquisa de “Romer e Associados”, feita na Argentina, 62% dos entrevistados afirmaram que esse é o momento para aprofundar as relações do Mercosul. Para 52%, a vitória de Lula terá impacto positivo na Argentina, 14% pregaram uma maior integração com os países da União Européia (UE), e apenas 6% preferem que a Argentina negocie diretamente a ALCA com os Estados Unidos. Fica claro que a importância do Brasil para os argentinos é cada vez maior.

Nas últimas reuniões dos países membros do Mercosul foram discutidas questões como o compromisso de trabalhar de “forma coesa” nas negociações da ALCA e buscar posições comuns nos fóruns internacionais. Os representantes dos países defenderam a criação do Instituto Monetário do Mercosul, que ficará responsável pela harmonização das políticas macroeconômicas e pelos estudos de preparação para futura moeda única, nos moldes da união européia. Cogita-se também a criação de um parlamento do Mercosul, com eleição por voto direto, dando ao bloco maior representatividade e coesão.

Enfim, está demonstrado que o Mercosul se renovou com metas mais ambiciosas de união política, econômica e social. Esperamos que as primeiras iniciativas não se esvaziem, e que de fato, tenhamos nessa região do globo um espaço de paz, cooperação, respeito e, sobretudo, soberania política, econômica e cultural. Favorecendo assim para um mundo mais multipolar-solidário e menos imperialista.

* Graduandos da FSS/UERJ e bolsistas do PROEALC, orientados pela prof^a Dra. Silene de Moraes Freire.

Espaço Aberto

Especial 51º ICA

O PROEALC no 51º Congresso Internacional de Americanistas

O Programa de Estudos de América Latina e Caribe organizou no 51º Congresso Internacional de Americanistas (ICA), em Santiago do Chile, entre os dias 13 e 18 de julho de 2003, o Simpósio EPS-17 (Estudios Políticos, Sociales y Económicos - EPS), com o título “Desenvolvimento, Integração e Democracia na América Latina”, sob coordenação geral da Prof. Dra. Silene de Moraes Freire.

O Simpósio objetivou analisar os limites e possibilidades do desenvolvimento das sociedades latino-americanas dentro da atual fase da globalização, destacando as relações históricas e as surgidas nesse período com relação ao processo de integração.

Neste contexto, foi dada a devida ênfase à análise da constituição e crescimento do Mercosul, ressaltando o processo multidimensional e complexo do mesmo na busca de novas abordagens interdisciplinares e soluções para o desenvolvimento regional e a questão democrática. Este tem para o mundo da reflexão acadêmica sobre as relações internacionais e os estudos comparados uma crescente relevância para se compreender a busca de alternativas de desenvolvimento econômico para reduzir a vulnerabilidade externa e a incerteza na inserção internacional dos países da região, representando hoje o grau intermediário entre seus países-membros e o mundo globalizado. Representa não só um campo de provas da globalização como também o

anteparo regional aos excessos da exposição ilimitada às forças do livre mercado internacional, sendo uma iniciativa internacional indissociável dos projetos nacionais.

A conjuntura política e econômica mundial e a complexa situação do Mercosul criam a necessidade e abrem a extraordinária possibilidade de se elaborar uma nova visão da economia e da política de viés democrático, junto com um novo e ampliado papel político internacional para o Mercosul nas esferas política e econômica. Desde estas preocupações, o Simpósio concentrar-se-á nas questões de desenvolvimento, democracia e integração na região, sobretudo no espaço do Mercosul.

O Simpósio EPS-17 foi constituído pelos seguintes Grupos de Trabalho: 1. Políticas Educacionais no Mercosul; 2. Políticas de Saúde, Seguridade e Democracia no Mercosul; 3. Cidadania e Direitos Humanos no Mercosul; 4. Mercosul, Alca e União Européia; 5. Trabalho no Mercosul.

Especial XI CBS

O PROEALC no XI Congresso Brasileiro de Sociologia

No XI Congresso Brasileiro de Sociologia, que será realizado entre os dias 1 e 5 de setembro, na UNICAMP, em Campinas, São Paulo, a equipe do PROEALC apresentará cinco trabalhos, distribuídos entre quatro diferentes GTs. Apresentaremos a seguir o resumo das ponências que serão apresentadas no Congresso.

GT nº 4: Desigualdade Social

Os ardis da questão social no Brasil contemporâneo
Dra. Silene de Moraes Freire

A presente comunicação é fruto da pesquisa que realizamos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada: "Cultura Política e Questão Social no Brasil: uma análise dos retrocessos sociais contemporâneos". O desenvolvimento da mesma objetiva analisar as mudanças em curso da questão social no atual contexto. Temos como pressuposto que hoje o conservadorismo no social se expressa no retorno à naturalização da desigualdade social ou à aceitação da existência do "fenômeno" da pobreza como inevitável. A sociedade brasileira retrocedeu historicamente à noção de que o bem estar social pertence ao âmbito do privado. Neste contexto, a filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos, e o exercício da cidadania concentra-se na possibilidade de consumo dos indivíduos e na existência do pleito eleitoral. O emergencial e o provisório substituem o permanente em termos de políticas sociais. Como contraponto a essa visão linear, buscamos demonstrar o retrocesso social de parcelas crescentes da população brasileira - em face das políticas neoliberais - através da análise de indicadores sociais e das medidas sociais atuais voltadas para essa questão, sobretudo as implementadas pelas Organizações Não Governamentais.

GT nº 6: Eleições, Valores e Comportamento Político

Possibilidade de Construção de uma Nova Fisionomia Política da América Latina no Século XXI
Douglas Ribeiro Barboza

O trabalho é parte da linha de pesquisa do Programa de Estudos de América Latina e Caribe, o qual objetiva estimular as análises sobre a profunda crise que o continente latino-americano atravessa neste início de século XXI, cujos impactos sociais, políticos e econômicos poderão marcar o futuro da região nos próximos anos. O agravamento da recessão e da instabilidade econômica provocou um duro golpe na legitimidade política e ideológica desfrutada pelo neoliberalismo nos anos 90, sendo ponto de partida para triunfos eleitorais de partidos e/ou coalizões políticas nascidas e desenvolvidas em confronto a este modelo.

Esta nova fisionomia do continente, definida pelas possibilidades dos novos governos conseguirem caminhar na direção de uma era pós-neoliberal e os respectivos obstáculos no desdobramento desse processo, constitui um dado político sem precedentes na história recente da região, mostrando a importância do registro diário de tais fatos como fonte de informações preciosas para a percepção sobre os valores, as ideologias, o funcionamento das instituições e as práticas sociais ocorridas na América Latina durante a última década e no início do novo milênio.

GT nº 8: Estado e Sociedade na América Latina

Análise da relação entre Estado e Sociedade Civil frente à nova face da questão social brasileira

Renata Mena Brasil e Aline Silveira de Assis

Este trabalho foi elaborado a partir de preocupações voltadas para desvelar a presença e o enfrentamento, por parte do Estado e dos movimentos sociais, da “questão social” no cenário histórico-cultural brasileiro. Objetivamos analisar a presença do Estado na implementação dos ajustes neoliberais e os custos sociais deste processo, o que inclui uma estrutura social marcada pela desigualdade e exclusão. Visamos assim, (re)conhecer as particularidades das expressões da questão social na história recente da sociedade brasileira através da explicação dos processos sociais que as produzem e reproduzem e da forma como são experimentadas pelos sujeitos que as vivenciam em suas realidades, elucidando os nexos teórico-prático-ideológicos que explicam a redefinição das políticas voltadas para o enfrentamento da questão social. A escolha de nosso objeto de pesquisa faz parte de um movimento das ciências sociais na América Latina que reflete um amplo processo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando as referências que davam uma ancoragem estável na compreensão das sociedades capitalistas.

Desigualdade Social e Movimentos de Resistência na América Latina

Livania de Oliveira Conceição, Matheus Thomaz da Silva, Reginaldo Machado da Costa Jr

A presente comunicação é fruto de projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Estudo de América Latina e Caribe (PROEALC) que realiza um acompanhamento diário da conflitividade social na América Latina, através da sistematização dos fatos dos países da região, divulgados na imprensa de grande circulação, particularmente no Brasil. Inúmeros trabalhos, nacionais e internacionais, com diferentes abordagens metodológicas, teóricas e políticas, têm tratado da desigualdade social e da pobreza na região, maior vítima dos ajustes neoliberais promovidos e aprofundados no final do século XX. Entretanto, são poucos aqueles que se preocupam com os movimentos de resistência que se manifestam contrariamente a este cenário. Nossa investigação objetiva mapear e analisar o significado da presença destes movimentos na construção de um futuro não neoliberal, não só em nosso país, mas em todo continente latino-americano. Temos como pressuposto que a compreensão dessas manifestações é um indicador fundamental no entendimento dos nexos que constituem as consequências da desigualdade social, ao mesmo tempo que evidenciam a heterogeneidade nos níveis de pobreza e dos tipos de carências que afetam a população.

Os movimentos guerrilheiros da Colômbia: dos movimentos agrários de auto-defesa à atualidade

Bruno Jorge de O. Pedreira

O artigo objetiva desmistificar a campanha de difamação movida pela imprensa burguesa contra os movimentos guerrilheiros colombianos, em especial as FARC-EP. Analisando as condições históricas do surgimento e desenvolvimento da guerrilha colombiana, demonstraremos como qualificações pejorativas como “narco-guerrilha” ou “terrorista” buscam desviar a atenção da opinião pública da realidade: a Colômbia possui uma das oligarquias mais violentas do continente e durante todo o século XX, essa oligarquia, representada pelo bi-partidarismo Liberal/Conservador, inviabilizou toda e qualquer possibilidade de oposição política desarmada, utilizando-se desde grandes cercos militares de busca e extermínio – com financiamento e apoio dos EUA – até os mais sórdidos elementos de “guerra suja” como assassinatos políticos e terrorismo de Estado contra a população camponesa, através do estímulo à formação de grupos paramilitares fascistas.

GT nº 25: Violência e Sociedade

A criminalização da Questão Social: as novas formas de violência social

Dra. Silene de Moraes Freire e Paula Cristina Nunes de Sá

Na atual conjuntura o tema da violência se impôs de uma forma alarmante e evidenciou que as dificuldades de enfrentamento da questão são visíveis. Tida como um tema com diversas possibilidades de abordagens, com uma marca cada vez mais perigosa nas práticas sociais, ela tem desafiado todos os que tentam enfrentá-la. Nossa comunicação busca resgatar as diferentes definições do fenômeno da violência relacionando-as a totalidade histórica em que se inserem. Temos como pressuposto de análise a hipótese de que atual configuração do capitalismo tardio produz índices crescentes de violência e criminalização, hoje isso pode ser estatisticamente comprovado em todos os países que incorporaram o Consenso de Washington e suas políticas criminais. O desmonte do Estado de Bem Estar Social abriu caminho para a construção de um gigantesco Estado Penal, que comprova o deslocamento da população desassistida pela destruição dos programas sociais e sua realocação no sistema penitenciário. Nosso estudo revela o caso do Rio de Janeiro

nos últimos anos e faz parte da linha de Pesquisa: “A criminalização da Questão Social no contexto neoliberal brasileiro” que desenvolvemos no Departamento de Política Social da UERJ.

Agenda Acadêmica

* **Seminário de Luta Contra o Neoliberalismo - 20 de setembro de 2003, sábado. Horário: 9:00h às 12:00h na UERJ, Auditório 33 - 3o andar; 12:00h às 19:30h na Quadra da Unidos do Jacarezinho (Av. Suburbana, 2233 - Jacarezinho).**

Programação:

Seminários Temáticos (UERJ)

9:00h às 10:30h: a) Neoliberalismo e Movimentos Sociais; b) Neoliberalismo e Educação; c) Neoliberalismo, Cultura e Comunicação. 10:30h às 12:00h: d) Neoliberalismo e a Crise do Capital; e) Neoliberalismo e Estado.

Almoço e Atividades Artísticas (Unidos do Jacarezinho)

12:00h às 14:00h: Música, Teatro e Homnagens.

Seminário Final (Unidos do Jacarezinho)

14:00h às 16:00h: f) Neoliberalismo e Direitos Civis; g) Neoliberalismo, Globalização e Plataforma de Luta.

Atividades Artísticas (Unidos do Jacarezinho)

16:30h às 19:30h: Música instrumental, Hip Hop, Hardcore e Escola de Samba Unidos do Jacarezinho.

Expediente

Reitor

Prof^a Nilcéia Freire

Vice-reitor

Prof^o Celso Pereira de Sá

Sub-reitor de Graduação

Prof^o Dr. Isac José Vasconcellos

Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Prof^a Dra. Maria Andréa Loyola

Sub-reitor de Extensão e Cultura

Prof^o Dr. André Lázaro

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Prof^a Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Coordenadora do PROEALC

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Assistentes Editoriais

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção

Aline Silveira de Assis (FSS/UERJ), Bruno Jorge de

Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ), Douglas

Ribeiro Barboza (FSS/UERJ).

Colaboradores

Livânia de Oliveira Conceição (FSS/UERJ) e Reginaldo

Machado da Costa Jr. (FSS/UERJ).

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)